

Tayná Menezes

Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual

CELACC/ECA-USP

2013

Tayná Menezes

Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, produzido sob orientação do Prof. Dr. Wilton Garcia.

CELACC/ECA-USP

2013

DEDICATÓRIA

Aos cegos.

Aos que cruzaram minha trajetória e propiciaram a sensibilização do meu olhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Luis Ferreira Dreyfuss, pela parceria, paciência, carinho e incentivo.

Especialmente à Helena Menezes Dreyfuss, pela companhia nesta caminhada, desde a barriga.

Ao professor e orientador Wilton Garcia, pelo apoio, insights e ensinamentos durante a pesquisa.

Aos demais professores do curso, pela generosidade e transparência ao ensinar.

Aos colegas de classe, pela cumplicidade e companheirismo.

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Cidadania e cultura.....	08
Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência.....	10
Programação acessível no CCSP.....	13
Considerações finais.....	16
Referências bibliográficas.....	17
Webgrafia.....	17

RESUMO

Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual é o tema da presente pesquisa. Cidadania e acessibilidade cultural são alguns dos tópicos abordados no artigo científico que pretende levantar desenvolver reflexões sobre este assunto e toma como objeto de estudo o Centro Cultural São Paulo (CCSP), aparelho da Secretaria Municipal de Cultura. A pesquisa visa acentuar a relevância, nos projetos culturais, da autonomia do indivíduo com deficiência visual a partir da observação de ações diretas e da avaliação das programações oferecidas pelo CCSP a este público e sua consequente receptividade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Cidadania. Cultura. Deficiência visual. Gestão cultural.

ABSTRACT

The present research's subject is the cultural accessibility to people with visual impairment. Citizenship and cultural accessibility are some of the addressed topics at this scientific article which pretends to raise questions on the subject. The matter of study is the São Paulo Cultural Centre (CCSP) that belongs to the Municipal Secretariat of Culture. The research aims to enhance the relevance, in cultural projects, of individual autonomy with visual impairments through the observation of direct actions and evaluation of programs offered by the CCSP to this audience and its consequent receptivity.

Key-words: accessibility, citizenship, culture, visual impairment, cultural management.

RESUMEN

Accesibilidad cultural para las personas con discapacidad visual es el tema de esta investigación. Ciudadanía y acceso a la cultura son algunos de los temas tratados en el artículo científico que tiene como objetivo aumentar la reflexión sobre este tema. El objeto de estudio es el Centro Cultural São Paulo (CCSP), unidad de la Secretaria Municipal de Cultura. El objetivo de la investigación es aumentar la relevancia, en proyectos culturales, de la autonomía del individuo con discapacidad visual a través de la observación directa de las acciones y la evaluación de los programas ofrecidos por el CCSP a este público y su consiguiente receptividad.

Palabras clave: accesibilidad, ciudadanía, cultura, discapacidad visual, gestión cultural.

Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual

Tayná Menezes¹

INTRODUÇÃO

o seu olhar agora
o seu olhar nasceu
o seu olhar me olha
o seu olhar é seu

o seu olhar seu olhar melhora
melhora o meu

Arnaldo Antunes e Paulo Tatit, 1995

¹ Graduada em dança pela Faculdade Paulista de Artes (FPA), especialista em estudos contemporâneos em dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalha há mais de 10 anos como produtora cultural e atua em diversas áreas artísticas. Desde 2007 integra a equipe de produtores culturais do Instituto Itaú Cultural. E-mail: taynamenezes@yahoo.com.br.

Há na obra de Arnaldo Antunes e Paulo Tatit um retrato poético da troca que pode haver entre diferentes pontos de vista. Colocar-se no lugar do outro e, ao mesmo tempo, não perder a própria referência, propõe um percurso colaborativo e aberto a novas experiências. Discutir sobre a deficiência visual sem possuí-la, provoca um exercício de sensibilização e afirmação de uma postura ética.

O presente artigo pretendeu desenvolver reflexões sobre a acessibilidade na cultura, especificamente para pessoas com deficiência visual. O estudo teve como referência o Centro Cultural São Paulo, aparelho da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo. A pesquisa visa acentuar a relevância, nos projetos culturais, da autonomia do indivíduo com deficiência visual, observa ações e programações apresentadas pelo CCSP e a receptividade do público.

Na última década, a batalha por uma legislação mais atenta e eficaz para pessoas com deficiência mostrou-se mais proeminente. Tanto que em 2008 foi criada em São Paulo uma secretaria específica para defender os direitos e apoiar as pessoas com deficiência: a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Dentre as prioridades políticas do Plano Estadual de Ação para a Garantia de Direitos das Pessoas com Deficiência está a de proporcionar, por meio de ações específicas, o ingresso e a permanência das pessoas com deficiência na área cultural. O tema em questão merece destaque visto que a acessibilidade pode ser um caminho para a autonomia dos cidadãos e implica não só na possibilidade do acesso aos espaços físicos, mas também da obtenção de informações e conteúdos no local.

O Centro Cultural São Paulo, com arquitetura integrada ao metrô Vergueiro e percurso de piso tátil, facilita a circulação de pessoas com deficiência visual em sua sede. Inaugurado em 1982, o CCSP foi o ponto de partida deste estudo reflexivo por ter um histórico de ocupação pelas pessoas com deficiências visuais, e também por ter uma preocupação com a gestão de projetos culturais acessíveis ao público. Com a criação da curadoria de acessibilidade e inclusão, gerenciada por Helena Chenque, o Centro Cultural São Paulo revelou-se engajado e atuante nesta temática. O programa *Livre Acesso* foi criado com o intuito de promover o livre acesso aos livros, espetáculos, shows, exposições e lazer, promovendo a integração das linguagens artísticas, das práticas culturais e do conhecimento.

Em outros aparelhos públicos da cultura, como na Pinacoteca do Estado de São Paulo, são desenvolvidos projetos que lidam com os princípios de autonomia e independência, voltados às pessoas com deficiências. O Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE), da Pinacoteca, produz recursos multisensoriais para apoio e fruição das obras de arte, como a sonorização das obras do acervo e as publicações especializadas, além de um projeto

específico do acervo do Museu que permite o tateamento das obras, de forma independente, ao público com deficiência visual. Tojal (2007), que auxiliou o desenvolvimento do PEPE na Pinacoteca, defende que o reconhecimento das diferenças é uma forma de tratamento igualitário. Trata-se, aparentemente, de um pensamento idealista, já que na prática são muitos os desafios que surgem ao lidar com este público.

Nota-se uma forte tendência assistencialista no atendimento ao público com deficiência e até uma certa infantilização do mesmo. Esta prática dificulta o desenvolvimento de projetos diferenciados, pois limita a possibilidade de autonomia e independência nos processos de fruição da arte. São poucos os gestores culturais capacitados e envolvidos com projetos de acessibilidade.

Em janeiro de 2013, foi aberto o primeiro Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A iniciativa evidencia uma preocupação do Governo com a acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. Além disso, o curso apresentou uma oportunidade para que os profissionais da área sejam devidamente especializados, atuando no campo das políticas culturais, além de orientar e implementar conteúdos, ferramentas e tecnologias de acessibilidade que proporcionem fruição estética, artística e cultural ao público.

A realização de visitas técnicas e o levantamento dos materiais disponíveis no Centro Cultural São Paulo permitiram a verificação das atividades e programações acessíveis às pessoas com deficiência visual. Estes dados serviram de base para a reflexão desenvolvida nesta pesquisa. A infraestrutura e equipamentos que facilitavam o acesso aos cegos também foram analisados.

CIDADANIA E CULTURA

Meu olhar tende às minorias. Os motivadores das minhas incursões neste universo estavam relacionados à curiosidade de deslocar meu ponto de vista, unidos ao senso de justiça, exacerbado desde o princípio.

Este desejo foi realizado em 2003, durante uma temporada na Aldeia Xavante Abelhinha, no Mato Grosso, que resultou, dois anos mais tarde, em uma pesquisa científica para o trabalho de conclusão do curso de especialização em estudos contemporâneos em dança, da Universidade Federal da Bahia. O trabalho buscava compreender a existência de

uma comunidade no Brasil que dançava dia sim, dia não, em volta de uma fogueira, com parentes e amigos. Tradição, ritual e aprendizagem corporal eram notórios e presentes, mas poderiam se perder na História do Brasil, dificilmente retratada sob este ponto de vista. O registro e a pesquisa das danças tradicionais Xavante tornou-se o escopo da pesquisa em 2005.

Oito anos depois, um novo recorte foi gerado: buscou-se compreender, a partir da experiência da gestão cultural, quais seriam as formas de acesso cultural para que pessoas com deficiência visual pudessem, com maior autonomia e dignidade, usufruir de hábitos básicos, como a fruição de uma obra de arte.

As experiências com minorias mostraram que a partir das dificuldades há a possibilidade da emergência da força propulsora da superação. Ser diferente da maioria pode manifestar um ponto de virada: apesar dos cegos não enxergarem, outros sentidos podem ser ampliados, constituindo um mundo novo. Notar novas possibilidades de fruição e colaborar para que haja democracia no acesso à arte encantou e impulsionou esta pesquisa.

Sá (2012) propõe em sua obra *Aos olhos de um cego*, uma visão que associa sensações de caráter distinto (sinestesia). Utilizando exemplos de sua realidade como cego, o autor realiza provocações pedindo que os olhos sejam fechados para que se possa ver melhor. O autor relata a busca pelo afloramento de outros sentidos e pelo reconhecimento do que pode haver de positivo em ter alguma deficiência. A ampliação da visão pode ser verificada no trecho abaixo:

Conto das amarguras, lutas e vitórias, sempre enfocando maneiras possíveis e simples de incluir, interagir e reconhecer numa pessoa com deficiência visual um ser limitado, como na verdade somos todos nós, mas inteiramente capaz de ampliar seus limites, superando a limitação da deficiência. (SÁ, 2012: p.22)

Na cena cultural brasileira existem várias possibilidades de criação e desenvolvimento de um projeto, e, portanto, maneiras diversas de gestão. O período parece propício para sensibilizar e conscientizar gestores culturais sobre a necessidade de propor programas e ações que garantam o acesso cultural às pessoas com deficiência. Promover discussões e troca de experiências podem contribuir para assegurar os direitos e o exercício pleno da cidadania.

Em sua síntese de sinceridade dura, Santos (2007, p. 19) apresentou uma realidade brasileira de ignorância dos direitos humanos: “cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?”.

Manzini-Couvre (1999) pontuou que a prática da cidadania não pode ser estabelecida apenas pela cobrança passiva dos direitos humanos. Comumente ouvem-se lamentos apáticos contra a desigualdade social, a falta de justiça e de dignidade. Mas são poucos os que saem do papel de vítima para encarar protestos ou qualquer outra forma de reivindicação. Porém, entende-se que só será possível se fazer ouvir com conhecimento da causa. A falta de informação propicia a geração de uma multidão passiva. Como expõe o autor:

É preciso haver uma educação para a cidadania. A violência perpassa o cotidiano das pessoas de inúmeros segmentos, em especial da população mais carente: mulheres, presos, negros, crianças e idosos. Há um sofrimento que tem lugar no âmbito privado e não vem a público, a não ser que essas pessoas tomem consciência de seus direitos como cidadãos e se organizem para lutar por eles. É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar. (MANZINI-COUVRE, 1999: p. 66)

Chauí (2006) sintetiza brilhantemente, no excerto a seguir, um complexo ciclo vicioso estabelecido entre os brasileiros:

A hegemonia não é um sistema e sim um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão socialmente fixados e interiorizados. É constituída pela sociedade e, simultaneamente, constitui a sociedade, sob a forma da subordinação interiorizada e imperceptível (CHAUI, 2006: p. 22).

A subordinação interiorizada pode ser compreendida como uma forma de dominação profunda e arraigada. As limitações sociais são estabelecidas pelos próprios cidadãos que não vislumbram uma situação diferente. Novamente, a falta de conhecimento cega e comanda a população.

Milton Santos (2007) destacou a relação entre o indivíduo e a cidadania no trecho a seguir:

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com sua força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. A cidadania, sem dúvida, se aprende. (SANTOS, 2007: p.19)

A prática cultural participa da formação intelectual do cidadão. Partindo desse pressuposto, entende-se que a cultura faz parte da formação do homem. Desde o nascimento, o homem recebe inúmeras influências do seu meio cultural que predominarão em seu modo de vida, seus gostos, crenças e atitudes. Falta vislumbrar, em políticas públicas, a cultura como forma de conhecimento.

É direito do cidadão ter acesso à arte, cultura e conhecimento. Neste sentido, não podem haver barreiras, sejam elas físicas ou intelectuais. A cultura não deveria ser considerada apenas como lazer, como ocorre muitas vezes, mas sim, como exercício de cidadania. Conhecer e reconhecer sua origem, sua história e suas práticas culturais traz maiores chances para que o cidadão desenvolva seu senso crítico e reflita sobre sua vida, sua posição na sociedade e seu papel diante dela.

ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Censo de 2010 identificou que quase 46 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 24% da população nacional, possui pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva). A pesquisa registrou, ainda, a manutenção da desigualdade em relação às pessoas com deficiência, que têm taxas de escolarização menores se comparadas à população sem nenhuma das deficiências investigadas (disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm, acessado em 15/02/2013).

Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, 2002, no capítulo Diversidade Cultural e Direitos Humanos, artigo 5, lê-se:

[...] toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade, que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. (disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acessado em 20/02/2013).

A educação e a formação são direitos básicos, porém escassos para a maioria da população brasileira. Ainda parece distante a conquista da cidadania cultural pelas pessoas com deficiência, apesar de serem apoiadas por diferentes leis e decretos nacionais e internacionais. Dentre estes, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que explicita o direito de participação da vida cultural e da comunidade à todas pessoas, e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por unanimidade pela ONU em 2007 e ratificada pelo Brasil em 2009. O artigo 25, parágrafo 1º deste documento expõe que :

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a participar na vida cultural, em base de igualdade com as demais pessoas, e deverão tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam usufruir o acesso a materiais, atividades e serviços culturais, bem como a monumentos e locais de importância cultural

nacional. (disponível no website http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/noticias/ultimas_noticias/2007/09/MySQLNoticia.2007-09-20.3849, acessado em 20/02/2013)

Já está em vigor a Lei 20.617 de 2013 que dispõe sobre o apoio e a assistência às pessoas deficientes. A nova lei foi aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no mês de dezembro, e tem origem no Projeto de Lei 596/11. A nova norma, ao alterar a Lei nº 8.193, inclui a garantia à informação e orientação às pessoas com deficiência nos edifícios e logradouros públicos. Segundo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Assembleia Legislativa de Minas), essa inclusão tem o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência o acesso à informação por qualquer forma de comunicação de sua escolha, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. (disponível no website <http://consulta.almg.gov.br/opencms/opencms/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=8193&comp=&ano=1982>, acessado em 05/03/2013.)

Mesmo em vigor apenas no Estado de Minas Gerais, esta mudança pode explicitar mais um passo a favor da acessibilidade. Para uma pessoa com deficiência, ter o direito à informação pode facilitar seus hábitos diários e reafirma sua independência. Algumas informações simples, como o ponto de ônibus mais próximo, podem ser essenciais para facilitar a visitação de locais desconhecidos.

Para verificar o acesso aos espaços públicos culturais foi publicada, em 18 de abril de 2013, no guia cultural *Divirta-se* do jornal O Estado de São Paulo, a reportagem Blitz Sensorial – parte 2, que avaliou a acessibilidade em dez atrações culturais no Estado de São Paulo. Com a colaboração de três repórteres mirins, Wagner Moraes Ale, de doze anos, Emilly Victoria Pereira Santos, de nove anos, e Ian Souto Izidoro, de doze anos, a equipe investigou as estruturas físicas e o atendimento de importantes pontos culturais, a partir da perspectiva de crianças com deficiências² e seus acompanhantes. A matéria jornalística analisou as formas de acessibilidade disponibilizadas pelos locais e indicou melhorias, de acordo com sugestões dos repórteres mirins. Além da reportagem impressa, vídeos foram disponibilizados no canal da TV Estadão. O deficiente visual Ian apresentou a matéria, relatou sua experiência e comentou sobre algumas das programações visitadas.

A peça de teatro *Pequena Sereia*, que esteve em cartaz no Teatro HSBC no mês de fevereiro de 2013, possui audiodescrição e dispõe de uma equipe de funcionários capacitados e solícitos. A visita ao Zoológico sugeriu grandes experimentações para as crianças que

² Wagner é surdo, Emilly é cadeirante e Ian é cego.

puddessem ter contato tátil com alguns animais. Inaugurado no ano passado, o Caminho da Serpente, situado dentro do Zoológico, possui piso tátil, informações em braille e peças para manuseio. Mediante pré-agendamento, é possível ter acesso às peças específicas como, por exemplo, o couro da girafa. O Cinesesc também possui o serviço de audiodescrição em alguns programas, como no Cine Clubinho, evento destinado ao público infantil. Quando Ian assistiu, no Cinesesc, o filme *A invenção de Hugo Cabret*, o profissional responsável pela audiodescrição atendeu seu celular mais de uma vez na cabine, o que atrapalhou a compreensão do filme pelo garoto. Um aspecto positivo da sala de cinema é que ela possui um mapa de localização e informações em braille nas portas dos banheiros. O Circo Thihany, em cartaz na Barra Funda durante o mês de abril de 2013, não possui audiodescrição, o que dificultou a compreensão de Ian, ainda mais por não haver diálogos no espetáculo³.

Nos dias 23 e 24 de abril de 2013, foi realizado o I Seminário sobre Cultura e Acessibilidade, na Oficina Cultural Oswald de Andrade, promovido pela Secretaria da Cultura e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. Voltado aos produtores e gestores culturais, o encontro proporcionou debates, atualizações de técnicas, troca de contatos e informações. Destacou-se na programação o anúncio de uma parceria entre as duas secretarias visando incentivar a adoção de recursos de acessibilidade em produtos culturais no Estado de São Paulo, por meio de programas de fomento.

João Baptista Ribas, em entrevista disponível no Portal do Voluntário, transcorreu sobre a atualidade do tema diversidade e apontou o alto grau de exigência necessário nas questões de responsabilidade social:

Hoje o mundo percebe as diversidades e adversidades sociais como algo que não se pode desconsiderar. Não estamos mais falando do assistencialismo autoritário e também já passamos a fase das reivindicações políticas sectárias. Trata-se agora de responsabilidade social, ou seja, de uma nova forma de focar as desigualdades e cuidar para que elas diminuam. E o mais importante é que ninguém pode se furtar: do cidadão mais simples à empresa mais poderosa, todos têm de ser responsáveis e agir para que as iniquidades desapareçam. Nesse contexto, ações afirmativas foram surgindo e com elas o resgate de uma legislação que já existia, mas era inócua. Hoje a empresa ou a escola que não abrir as portas para as pessoas com deficiência pode sofrer uma ação legal, além de ser acusada de desconsiderar a realidade social. E essa acusação neste momento marca negativamente e de forma indelével o acusado. (disponível em: <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/332>, acessado em 01/04/2013).

³As informações estão disponíveis em: <http://tv.estadao.com.br/videos,divirta-se-testa-acessibilidade-de-atraco-es-para-criancas,199629,250,0.htm>, acessado em 18/04/2013.

Posturas éticas, igualitárias e sem preconceito podem ser esperadas como premissas básicas para se viver em sociedade. Resta saber se a igualdade apresenta-se apenas na imagem transmitida ao outro ou se está de fato integrada aos atos do dia a dia. Acreditar que os valores estejam mudando e que haja uma movimentação conjunta em prol de condições igualitárias não deve ser utopia, ainda mais no campo da cultura.

PROGRAMAÇÃO ACESSÍVEL NO CCSP

Estreou, em março de 2013, *O Fantasma do som*, novo espetáculo da Banda Mirim, exibido na sala Jardel Filho, no Centro Cultural São Paulo. Os dias 15 e 23 foram contemplados com audiodescrição e os dias 8 e 22 com interpretação em libras.

Segundo Graciela Pozzobon, no Portal Audiodescrição, este recurso de acessibilidade, — que permite aos cegos e pessoas com baixa visão compreender filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, entre outras atividades predominantemente visuais — pode ser utilizado para tornar acessível uma programação cultural aos cegos (disponível em: www.audiodescrição.com.br, acessado em 15/02/2013).

No espetáculo teatral, a transcrição transforma imagens em palavras que são transmitidas até o fone de ouvido do receptor, facilitando o entendimento das pessoas com deficiência visual. Dessa maneira, a pessoa com deficiência visual pode conhecer os cenários, figurinos, expressões faciais, linguagem corporal, e identificar o momento de entrada e saída de personagens em cena.

No dia em que houve audiodescrição, foram entregues fones de ouvido aos interessados. Realizada pela equipe da empresa Ver com palavras, a audiodescrição teve início com a descrição física dos personagens e seus figurinos, além da descrição do palco. Surpreendentemente um dos personagens do musical era cego, o que possibilitou maior identificação do público com o musical. A sala Jardel Filho estava lotada, com muitas crianças vindas de escolas. Em dado momento ouviram-se gritos excitados quando o personagem do fantasma entrou no palco, equilibrou-se em pernas de pau parecendo flutuar com suas longas roupas brancas. Sem a audiodescrição, este movimento de euforia da plateia seria mais um ponto de interrogação e um grande incômodo para os espectadores com deficiência visual.

O espetáculo era infantil, mas neste dia contou com a participação de um público bem diversificado. Muitos adultos cegos estavam presentes, chegaram em turmas vindas do metrô

Vergueiro. Possivelmente pela falta de oferta de audiodescrições, a oportunidade de ver um espetáculo com esta ferramenta traga um público de idades distintas. Qualquer evento que tenha audiodescrição ou tradução em libras vem sendo altamente divulgado pela comunidade de pessoas com deficiências por meio de weblogs e redes sociais. Muitos cadeirantes também estavam presentes.

O desejo de acompanhar um espetáculo de dança, teatro ou show pode se relacionar a vários fatores, inclusive à expectativa de ter momentos de êxtase. Segundo Gumbrecht (2012, p.124), estar presente quando se assiste um espetáculo de dança, é essencial para evocar o momento de autodesvelamento do ser, tanto para quem está assistindo o espetáculo, quanto para quem está em cena. Desta troca há o preenchimento de energia e alegria ao espectador. Não é à toa que as expressões de felicidade no semblante das pessoas podem ser identificadas na saída do espetáculo. Momentos como estes parecem ser vitais e proporcionam reflexões possíveis apenas naquele instante. Neste sentido o livre acesso às obras de artes é um dever da sociedade.

A oficina *Uma gravura para a ponta dos dedos* aconteceu entre os dias 2 e 5 de abril de 2013, no Centro Cultural São Paulo. Ministrada por Yili Rojas, artista convidado da III Mostra do Programa de Fotografia 2012/2013, o encontro propôs a transgressão da imagem e o resultado foi apresentado em impressão de matrizes de linóleo sem tintagem, para serem lidas pela incidência da luz sobre o relevo ou pelo contato tátil. Durante a oficina também foram produzidos alguns textos poéticos em braille para o produto gráfico final. Este é um exemplo de programação acessível que não se baseia apenas na questão da tradução da linguagem. A proposta foi concebida a partir de um princípio acessível que provoca e transborda na discussão da arte contemporânea.

Em visita técnica ao CCSP, no dia 18 de abril de 2013, notou-se que o atendimento da Biblioteca Louis Braille, maior biblioteca em braille do Brasil, foi realizado por funcionários cegos. Dos três funcionários presentes no balcão de atendimento, os três possuíam deficiência visual. As empresas que têm um quadro com mais de cem funcionários são obrigadas a contratar pessoas com deficiências. A prática institucional no CCSP vai além da cota mínima exigida por lei: o atendimento realizado por pessoas com deficiência torna-se diferenciado e especializado uma vez que o público-alvo é recepcionado por pessoas que vivenciam a mesma condição. Esta escolha da gestão pode facilitar o contato dos funcionários com o público e pode possibilitar uma abordagem legítima.

Sacks (1995: p.152) citando Diderot (1947) expõe: "(...) os cegos podem, a sua maneira, construir um mundo completo e suficiente, ter uma "identidade cega" completa e

nenhum sentimento de incapacidade ou inadequação, e que o “problema” de sua cegueira e o desejo de curá-la, por conseguinte, é nosso, não deles”. A frase de Sacks, fixada em um recorte de vinil adesivo nas paredes de vidro que circundam a Biblioteca Louis Braille, no CCSP, parece explicitar a visão institucional sobre o assunto. Não há margem para uma postura assistencialista, nem de complexo de inferioridade. O registro indica o respeito e reconhecimento às diferenças.

O *website* do CCSP tornou-se mais acessível às pessoas com deficiência visual. A referência para essas modificações foi as regras do WCAG e E-GOV, parâmetros de acessibilidade na web definidos pelo governo.

O programa *Braille Acontece*, produzido pela Rádio Web do CCSP, enfoca o dia a dia de pessoas com deficiência. Neste programa, os entrevistados revelam como se relacionam com a deficiência, contam detalhes de suas carreiras profissionais e marcos da vida pessoal.

Em uma das entrevistas do *Braille Acontece*, Célia concluiu: “Incluir é respeitar e atender as necessidades especiais básicas, específicas” (disponível no website http://www.radioccsp.net/index.php?option=com_content&view=article&id=816:braille-acontece-programa-33&catid=22:braille-acontece&Itemid=100087, acessado em 20/03/2013). A frase parece muito simples, mas carrega a intensidade de sua busca diária e aquela de milhares de pessoas com deficiência que esperam por pequenas ações e modificações no padrão das programações culturais. Assim poderá ser possível atender um maior número de pessoas, em suas necessidades específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que a acessibilidade em programações culturais está cada vez mais em evidência. Considerou-se um referencial positivo o fato das instituições culturais cumprirem as exigências legais e oferecerem opções criativas para a acessibilidade cultural que extrapolam as exigências legais. Possivelmente, os locais que não forem propositivos ou que não atenderem aos requisitos legais básicos ficarão obsoletos. O tratamento dado ao público para pessoas com deficiência é um fator essencial para fidelização e veiculação da imagem do local.

Foram localizados roteiros específicos e guias culturais para pessoas com deficiências cada vez com mais frequência. As análises são críticas e as informações circulam com agilidade. As visitas realizadas sugerem que as programações disponíveis foram prontamente recebidas pelo público e que há uma grande expectativa pelas programações culturais acessíveis. O Centro Cultural São Paulo confirmou-se como referência na gestão de projetos acessíveis e apresentou-se aberto a diálogos para trocas de experiências, o que pode ser de grande valia, visto que uma visão colaborativa agrega importantes aprendizados.

Espera-se que haja incentivo à formação especializada de gestores culturais e à preparação de equipes de atendimento, no que se refere à recepção e orientação. Para a organização dos eventos acessíveis, algumas demandas são desconhecidas, porém essenciais, principalmente no que diz respeito ao atendimento ao público. A acessibilidade atitudinal, terminologia recente utilizada para identificar uma postura solícita e transparente do atendimento, pode ser uma saída para locais que ainda não tenham alcançado seu padrão de excelência. Aceitar as diferenças, respeitar as limitações da pessoa com deficiência, saber atender as necessidades expostas por elas, utilizando os recursos disponíveis, foram as estratégias cujos resultados foram melhor recepcionados.

Esta pesquisa não teve caráter conclusivo, pois seria extremamente precipitado diante da grandeza do assunto. Ela teve por objetivo trazer reflexões à tona para que o próximo estudo seja de cunho propositivo e mais aprofundado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2012.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1995.

SÁ, SERGIO. *Aos olhos de um cego*. São Paulo: Sá, 2012.

SACKS, O. W. *Um Antropólogo em Marte: Sete Histórias Paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus*. 2007. Tese (Doutorado – Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

WEBGRAFIA

ARAÚJO, Fernanda. *Blitz Sensorial – parte 2*, disponível no site <http://blogs.estadao.com.br/divirta-se/blitz-sensorial-parte-2/>, acessado em 18/04/13.

ASSEMBLÉIA DE MINAS. *Legislação Mineira*. Disponível em < <http://consulta.almg.gov.br/opencms/opencms/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=8193&comp=&ano=1982>>. Acesso em 05 de março de 2013.)

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Disponível no site http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm, acessado em 15/02/2013.

POZZOBON, Graciela. *Audiodescrição*. Disponível no website www.audiodescriçao.com.br, acessado em 15/02/2013.

RÁDIO CCSP. *Braille acontece*. Disponível no website http://www.radioccsp.net/index.php?option=com_content&view=article&id=816:braille-acontece-programa-33&catid=22:braille-acontece&Itemid=100087, acessado em 20/03/2013.

RIBAS, João Baptista. *A pessoa com deficiência e a responsabilidade social empresarial*. disponível no website: <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/332>, acessado em 01/04/2013

SEDH. *SEDH discute convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em: http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/noticias/ultimas_noticias/2007/09/MySQLNoticia.2007-09-20.3849, acessado em 20/02/2013.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Disponível no site <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acessado em 20/02/2013.